

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.040 - SP (2019/0301001-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO GRUPPI CARLOS DA COSTA - SP389339
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIPE GOMES SIMAO (PRESO)
PACIENTE : WESLEY DA SILVA DE MATOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FELIPE GOMES SIMAO e WESLEY DA SILVA DE MATOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0003115-62.2017.8.26.0542).

Consta dos autos que os pacientes foram condenados, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 20 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal. O paciente Wesley foi ainda condenado à pena de 3 meses de detenção por infração ao art. 329 do Código Penal (fls. 11/18 e fls. 21/22 - embargos declaratórios).

Inconformada, a defesa apelou e o Tribunal *a quo* proveu parcialmente o recurso para reduzir as reprimendas, pelo crime de roubo, para 7 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, mantido o regime inicial fechado, e 17 dias-multa, e pelo crime de resistência, para 2 meses e 10 dias de detenção, em regime semiaberto, mantidos os demais termos da sentença (fls. 29/38).

No presente *mandamus* (fls. 3/7), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal aos pacientes, pois manteve o regime inicial fechado com base na reincidência, fundamento que reputa ser inidôneo. Aponta serem aplicáveis os enunciados 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a concessão da ordem para que seja aplicado o regime inicial semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

Inicialmente, o Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, como forma de racionalizar o emprego do *habeas corpus* e prestigiar o sistema recursal, não admite a sua impetração em substituição ao recurso próprio.

Cumpre analisar, contudo, em cada caso, a existência de ameaça ou coação à liberdade de locomoção do paciente, em razão de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia na decisão impugnada, a ensejar a concessão da ordem de ofício. Nesse sentido, a título de exemplo, confirmam-se os seguintes precedentes: STF, HC n. 113890, Relatora Ministra Rosa Weber, 1ª Turma, julgado em 3/12/2013, publicado em 28/2/2014; STJ, HC n. 287.417/MS, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, 4ª Turma, julgado em 20/3/2014, DJe 10/4/2014 e STJ, HC n. 283.802/SP, Relatora Ministra Laurita Vaz, 5ª Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014.

Na espécie, embora a impetrante não tenha adotado a via processual adequada, para que não haja prejuízo à defesa dos pacientes, passo à análise da pretensão formulada na inicial, a fim de verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Busca-se, na presente oportunidade, liminarmente e no mérito, a aplicação do regime inicial semiaberto.

Acerca do rito a ser adotado para o julgamento desta impetração, as disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforme com súmula ou com a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contraria (AgRg no HC 513.993/RJ,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019; AgRg no HC 475.293/RS, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018; AgRg no HC 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 22/04/2019; AgRg no HC 426.703/SP, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC 37.622/RN, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental (AgRg no HC 268.099/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido (EDcl no AgRg no HC 324.401/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, *para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a*

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC 514.048/RS, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019).

Possível, assim, a análise do mérito da impetração, já nesta oportunidade.

Quanto à manutenção do regime inicial fechado pelo Tribunal estadual, observa-se que o acórdão impugnado destacou serem os pacientes **reincidentes** (fls. 35/37) e, tendo em vista a fixação da pena em patamar superior a quatro anos, correta a aplicação do regime inicial mais gravoso, nos termos do disposto no art. 33, § 2º, "b", do Código Penal.

Assim, a pretensão formulada encontra óbice em previsão expressa de lei.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator